Pesquisa e Ações em Saúde Pública

Edição XXVII

Capítulo 32

POVOS INDÍGENAS NO NORTE/NORDESTE DO BRASIL: TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE NAS EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS

FRANCISCA MARIA CARVALHO CARDOSO[1]
SÂMELLA BARBOSA DE SOUZA[2]
LARA VITÓRIA OLIVEIRA SILVA[2]
WAITI PEREIRA BRITO XERENTE[2]
NARRURIA JAVAÉ[2]

[1]Docente - Curso de Psicologia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT.
[2]Discente - Curso de Psicologia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Palavras-Chave: *Saúde Indígena; Políticas Públicas; Território.*

DOI 10.59290/2119932062

EDITORA PASTEUR

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte das atividades da extensão intitulada: Povos indígenas, tempo e trabalho no Norte e Nordeste do Brasil, realizada nos meses de maio e junho de 2025, na Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Miracema, onde abrangeu a comunidade acadêmica indígena e não-indígena, com participação dos cursos de Graduação (Pedagogia, Psicologia, Educação Física e Serviço Social) e Pós-Graduação (Mestrado em Serviço Social), nas discussões da extensão, que se realizou a partir da veiculação de documentários produzidos por cineastas locais e alguns de amplo acesso presentes no Museu da Pessoa sobre as populações indígenas em estados do Norte e Nordeste do Brasil, como o Piauí, Maranhão, Amazonas, Pará e Tocantins.

Entre os temas abordados em discussões e nos documentários destacamos a educação, o trabalho e a saúde indígena. Desse modo, a saúde dos povos indígenas está interligada ao trabalho e a constituição do sujeito, logo, é necessário realizar uma análise crítica sobre o contexto territorial (QUIJANO, 2021), e identidade.

As perdas são frequentes de territórios e conhecimentos tradicionais, em função das dinâmicas do capital (Antunes, 2015). Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), os povos indígenas passaram a ter acesso a serviços de saúde diferenciados. Uma das principais críticas refere-se à baixa inserção de profissionais indígenas em espaços como escolas, hospitais, universidades e Unidades Básicas de Saúde (UBS).

É imprescindível adotar uma perspectiva abrangente para a compreensão das vivências e das relações dinâmicas socioculturais dos povos indígenas em seu contexto, que requer uma visão ampla e sensível às especificidades históricas, territoriais e comunitárias desses grupos.

Este trabalho teve como objetivos: analisar as experiências da extensão Povos indígenas, tempo e trabalho, acerca dos conhecimentos aprendidos sobre as populações indígenas de cinco estados em duas regiões do Brasil, na perspectiva da saúde indígena. Discutimos as relações dinâmicas socioculturais dos povos indígenas em seu contexto, pensando suas especificidades históricas, territoriais e comunitárias. Além disso, integrar os participantes para que os mesmos possam compartilhar as suas experiências e vivências a partir daquilo que foi exposto nos documentários, para que o conteúdo da temática seja enriquecido.

MÉTODO

A metodologia utilizada na produção da extensão, foi a exposição de documentários sobre os povos indígenas da região Norte e Nordeste do país, onde os mesmos trazem o protagonismo indígena sobre o que é tempo, saúde e trabalho, assim abrindo espaço para a circulação da palavra, onde todos tem liberdade de refletir e articular sobre os documentários assistidos.

O presente trabalho foi conduzido mediante uma revisão de literatura, com o objetivo de sintetizar e analisar as pesquisas existentes na área, identificando elementos e imperativos fundamentais da população indígena em tempo, trabalho, educação e saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trabalho e suas histórias

O presente artigo analisou em obras da literatura dos temas: trabalho, povos indígenas, saúde, educação, povos indígenas, que são temas relevantes no cenário atual e também foram temas tratados nas experiências extensio-

nistas na UFT Campus Miracema, no ano de 2024.

Logo, foram discutidos pontos acerca da história desses temas relevantes para o atual cenário. Nesse sentido, a palavra 'trabalho' remete a, por exemplo, que a discussão/deliberação entre um grupo pode significar um ato de trabalho, assim como fazer alguma atividade, exercício ou dificuldade em desempenhar alguma tarefa, isso também pode significar trabalho. Pois, é exposto que todas as significações para a palavra trabalho remetem a preocupações e aflições.

Todavia, 'trabalho' remete à palavra em latim "*tripalium*", que por sua vez, se trata de uma ferramenta usada por agricultores para bater o milho, o trigo e para rasgar e esfiapar o linho, mas, a maioria dos dicionários remetem a palavra "*tripalium"* a um estrumento de tortura, relacionando a "*tripaliare*", que significa torturar.

A partir disso, línguas latinas como o português, espanhol, catalão, francês e italiano, após passar por modificações, o conteúdo semântico sofre alterações em seus significados para: esforçar-se, laboar e obrar.

Já no dicionário filosófico é relatado que o trabalho se relaciona com as forças espirituais ou corporais, ou seja, ele poderá ser tanto de ordem intelectual, quanto do esforço do corpo.

Portanto, o esforço começa a ter o nome de trabalho, partindo disso, é abordado que o trabalho para o homem é liberdade, onde ele pode parar de fazê-lo apesar de ser um servo, que pode sofrer consequências a partir desta escolha.

É inegável que a natureza e o trabalho se cruzam em diversos níveis do trabalho humano como no trabalho de parto, no arado do campo, nas estátuas e até mesmo no envio de espaçonaves à lua, ou seja, a natureza se modifica através do trabalho dos seres.

Desse modo, o filósofo alemão Max Scheler relata sentidos distintos da palavra trabalho, sendo o primeiro sendo uma atividade humana, animal ou mecânica, o segundo o sendo um produto coisificado através de uma atividade e o terceiro que é algo apenas do imaginário mas, que ainda assim percebesse um trabalho por vir.

Na ciência o sentido da palavra trabalho também se modifica dependendo das disciplinas ao qual a palavra é empregada, tendo, por exemplo, as disciplinas de física, fisiologia e sociologia. Onde, na física a palavra trabalho se relaciona com produto entre força e deslocamento de um corpo em movimento, na fisiologia dirá que o músculo produz trabalho, e na sociologia o trabalho se encaixa na divisão social do trabalho. Portanto, neste capítulo, busca adentrar para entender como a palavra trabalho pode ser compreendida melhor se passarmos por seus processos históricos ao qual lhe corresponde.

Desta forma, o que foi encontrado foram pessoas envolvidas e entrelaçadas por seus laços sanguíneos, lendas, crenças, mitos, e conhecimentos comuns que através de um esforço coletivo gerava um meio de subsistência de um povo. Assim sendo, colhem frutos das árvores, pescam peixe dos rios, caçam animais segundo as suas tradições, e o que sobra é queimado ou jogado nos rios.

Ou seja, nas comunidades que não teve esse contato com os Europeus o trabalho serve apenas como um meio de subsistência, regido por um sistema de deveres religiosos e familiares.

Em sequência, serão relatadas duas possíveis teorias para como os indivíduos deixaram o nomadismo e começaram a pensar na agricultura.

A primeira teoria é a teoria de que quando havia queimadas, os animais se escondiam, e as sementes brotavam do solo naquela área limpa, e então com isso, começaram a utilizar das

queimadas para realizar a agricultura. Já a segunda teoria é que as mulheres, com crianças de colo, grávidas após o esgotamento da caça e da pesca no local se recusaram a seguir viagem em busca de outros recursos, fazendo com que buscassem na natureza outras formas de subsistência, e com isso deixaram o nomadismo e começou-se a se pensar na agricultura.

Juntamente com esse plantio surgiu as consequências, como a noção de propriedade, pois, aqueles que trabalhavam na terra usando a força dos seus músculos e de seus braços, começou a ter a sensação de que a terra que ele preparou na realidade pertence a ele, e com isso acabavam por delimitar as suas terras e reivindicando-as como seu domínio.

Deste modo, é debatido como essa noção de propriedade deixou de ser uma realidade para se pensar nos dias da atualidade, pois, anteriormente era muito se pensada que a propriedade é muito ligada a essa experiência do esforço do cultivo da terra, mas já se passou um tempo considerável desde o início desta prática, portanto, essa noção de propriedade também se modificou desde o início do plantio, onde com o passar do tempo essa prática se desprende do trabalho ao ponto de estabelecer-se a total desapropriação do direito à propriedade através do trabalho.

A relação entre o homem e o trabalho tem se modificado ao longo do tempo, influenciada por diversas experiências sociais que ocorreram durante os séculos. Segundo Schwartz (2011), essa transformação social começa desde a Antiguidade, com a consolidação das primeiras formas de trabalho no período Neolítico, a partir da criação de ferramentas específicas para o trabalho. Neste contexto, o trabalho adquire um papel social relevante, marcando a emergência de uma sociedade sedentarizada (SCHWARTZ, 2011).

A interligação entre o trabalho e o sujeito passou a ser moldada por um viés religioso, o que trouxe consigo efeitos dinâmicos capazes de romper com antigos hábitos. A partir dessas transformações, surgem novas relações entre o sujeito e o trabalho, construídas historicamente (SCHWARTZ, 2011). No entanto, cabe-se ressaltar que embora o autor aborde uma possível hipótese sobre a consolidação do trabalho, em realidade não existe um consenso sobre a existência da mesma, pois para a comunidade cientifica entra em um conflito com essas definições por elas não serem neutras, e por partirem de um pressuposto de que o trabalho pode ser definido (SCHWARTZ, 2011).

Ao longo do desenvolvimento das populações humanas, para uma adaptação mais eficiente, sempre houve a divisão de papéis e tarefas entre elas (SCHWARTZ, 2011). No en-tanto, essa divisão passou por processos de dominação e colonização. Quanto à ilusória natureza dessa divisão do trabalho, podemos afirmar que, embora as sociedades humanas tenham se estruturado com base na distribuição de funções, essa organização foi constantemente marcada por tentativas de controle e estabilização por meio das relações de dominação.

Schwartz (2011), também aponta o trabalho invisível e o visível, onde ambos estão interligados, pois o trabalho que é visível, é aquele que é feito e que é trago algo financeiro (lucro), já o invisível, é aquele que precisa ser feito diáriamente, no entanto, muitas vezes é desvalorizado por não trazer lucro, um exemplo seria o trabalho doméstico (SCHWARTZ, 2011).

O autor destaca a distinção entre o trabalho visível e o invisível, demonstrando como ambos estão interligados. O trabalho visível é aquele que gera retorno financeiro, como o lucro obtido diretamente da atividade realizada. Já o trabalho invisível, embora essencial e realizado diariamente, frequentemente é desva-lorizado

por não gerar lucro imediato, como é o caso do trabalho doméstico (SCHWARTZ, 2011). Após apresentar todas essas facetas, estabelece uma conexão entre a psicologia e a ergonomia, destacando como esta última pode contribuir para a criação de um ambiente de trabalho mais adequado em termos estruturais. Esse processo ocorre porque a ergonomia visa desenvolver o ambiente com a participação ativa do trabalhador, uma vez que apenas ele pode identificar e sugerir as mudanças necessárias. Ao colaborar com o funcionário na construção de seu local de trabalho, torna-se possível observar como esse ambiente impacta sua saúde mental e física, além de influenciar seu desempenho (SCHWARTZ, 2011). A introdução da abordagem ergológica pode orientar indústrias e empresas a promoverem uma produtividade mais socialmente responsável (SCHWARTZ, 2011). Isso se insere em uma dinâmica de desigualdade, em que os interesses dos trabalhadores e dos empregadores frequentemente entram em conflito (SCHWARTZ, 2011). Nesse contexto, Schwartz aponta: "O que é o trabalho, e quanto ele custa, em termos de atividade corporal, mental, social, torna-se cada vez mais um ponto cego da vida coletiva." (SCHWARTZ, 2011). Assim, o trabalho, embora essencial no mundo capitalista, pode se tornar prejudicial à saúde, tanto física quanto psicológicamente, caso os direitos dos trabalhadores não sejam devidamente assegurados.

Povos indígenas: trabalho e educação

Os povos originários constituem uma diversidade étnica significativa, composta por diferentes identidades culturais, línguas, crenças e formas de organização social. Essa pluralidade representa um rico patrimônio cultural, que deve ser reconhecido e valorizado tanto nas práticas acadêmicas quanto nas políticas públicas. Compreender essa diversidade é fundamental para promover o respeito à autonomia dos povos indígenas e a preservação de seus modos de vida tradicionais, as dinâmicas históricas contemporâneas que envolvem suas comunidades.

No contexto dos povos indígenas, a concepção de saúde possui um significado amplo e complexo, estreitamente relacionado ao território, ao bem-estar físico e mental, e à espiritualidade. Trata-se de uma compreensão holística, na qual a saúde é vista como resultado do equilíbrio constante entre o corpo, a mente, o ambiente natural e o universo espiritual. Nesse sentido, o território não é apenas um espaço físico, mas um elemento vital que sustenta a saúde integral do indivíduo e da coletividade.

A saúde está interligada ao trabalho e a constituição do sujeito, sendo compreendida como um elemento essencial para o bem-estar físico e mental, permitindo o exercício pleno das atividades cotidianas. Além disso, envolve a harmonia entre os indivíduos e a coletividade – seja no âmbito familiar, grupal ou social. Assim, a saúde transcende o aspecto biológico e incorpora dimensões culturais, sociais e espirituais. Entretanto, para além da busca pelo bem-estar, é necessário realizar uma análise crítica sobre o contexto territorial e de vivência dos povos indígenas.

Sobre o trabalho visto a partir dos documentários nas populações indígenas, temos que primeiramente discutir o trabalho no Ocidente.

Para Albornoz (1986), o trabalho é aquilo que se coloca algum esforço independente de ser físico ou intelectual, embora isso possa variar dependendo do indivíduo, quanto maior o seu esforço, maior será o reconhecimento do seu trabalho. Posto isso, o que por sua vez, distingue o trabalho do homem para o trabalho dos animais, é a característica da consciência, onde, quando os animais trabalham é determinado por seu instinto, e não por uma consciência como ocorre com os seres humanos, embora

em ambas as situações a primeira motivação seja a sobrevivência. Partindo disso, é abordado que o trabalho para o homem é liberdade, onde ele pode parar de fazê-lo apesar de ser um servo, que pode sofrer consequências a partir desta escolha.

Albornoz (1986) aprofunda sobre os processos históricos do trabalho em si. A priori, relata o contexto do que é o trabalho em uma "taba" de indígenas na Amazônia que não teve contato com os brancos e a cultura europeia. Desta forma, o que foi encontrado foram pessoas envolvidas e entrelaçadas por seus laços sanguíneos, lendas, crenças, mitos, e conhecimentos comuns que através de um esforço coletivo gerava um meio de subsistência de um povo. Assim sendo, colhem frutos das árvores, pescam peixe dos rios, caçam animais segundo as suas tradições, e o que sobra é queimado ou jogado nos rios. Ou seja, nas comunidades que não teve esse contato com os Europeus o trabalho serve apenas como um meio de subsistência, regido por um sistema de deveres religiosos e familiares.

Assim sendo, com o tempo, o trabalho se tornou uma moeda de troca, na qual o indivíduo oferece seu tempo, saúde e vitalidade em troca de uma remuneração. Esse modelo de troca passou a ser essencial para o sustento humano, que por sua vez traz consigo uma variedade de estigmas que estão profundamente enraizados (SCHWARTZ, 2011), principalmente nos modelos de trabalho atual, onde o capital se encontra frente a frente com a realidade do sujeito.

Objetivamos então, aprofundar os conhecimentos acerca das populações indígenas de 4 estados brasileiros. A partir documentários produzidos por cineastas locais e alguns de amplo acesso no museu da pessoa que relataram sobre o trabalho, educação e saúde nas terras indígenas das regiões mencionadas.

A garantia de direitos, territórios e identidade tem sido desafiada pelas exigências impostas pela inserção em uma sociedade não indígena. Essa inserção, muitas vezes forçada, exige a aprendizagem da língua portuguesa e a assimilação de saberes ocidentais, o que pode acarretar a perda de territórios, identidades e conhecimentos tradicionais, muitas vezes em função das dinâmicas do capital.

Saúde indígena

As Políticas públicas, a Reforma Sanitária e os programas direcionados aos povos indígenas representaram avanços importantes ao reconhecer a saúde como um direito fundamental. Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), os povos indígenas passaram a ter acesso a serviços de saúde diferenciados. Lideranças indígenas participaram ativamente desses processos, buscando garantir que os direitos constitucionais fossem efetivados.

No entanto, mesmo com os avanços legais, observa-se a persistente ausência do Estado na consolidação de políticas eficazes que atendam às especificidades culturais e territoriais dos povos indígenas.

A saúde indígena ainda se apresenta como um ponto frágil, impactada por fatores externos, como o avanço do capital, que promove modelos positivistas e muitas vezes desconsidera a subjetividade e a historicidade do sujeito indígena. Nesse cenário, o papel do acadêmico indígena torna-se central. Durante sua formação, ele transita entre dois sistemas de conhecimento – o saber tradicional e o saber acadêmico – enfrentando o desafio de articular essas perspectivas de forma ética e respeitosa. A atuação profissional do indígena formado em instituições ocidentais exige cuidado para que os saberes tradicionais não sejam desconfigurados ou subordinados ao conhecimento teórico hegemônico. Isso é fundamental para evitar a desconstru-

ção das culturas e práticas ancestrais, que constituem a base da identidade dos povos indígenas. Sob a perspectiva crítica dos próprios povos indígenas, a formação acadêmica e os currículos dos cursos voltados para a saúde ainda apresentam lacunas importantes.

Uma das principais críticas refere-se à baixa inserção de profissionais indígenas em espaços como escolas, hospitais, universidades e Unidades Básicas de Saúde (UBS). Após a formação, muitos profissionais indígenas retornam às suas comunidades, comprometidos com a melhoria das condições de vida e saúde de seu povo. Entretanto, o enfrentamento da dualidade entre os conhecimentos acadêmico e tradicional exige discernimento, uma vez que a mistura indiscriminada entre eles pode acarretar prejuízos, como a perda de práticas e saberes ancestrais.

A adaptação aos métodos e vivências ocidentais, sem o devido cuidado, pode enfraquecer as tradições culturais e provocar a perda de identidade. Por essa razão, os anciãos valorizam profundamente os conhecimentos ancestrais, considerando-os pilares essenciais para as gerações futuras. Esses saberes devem ser preservados, respeitados e transmitidos, e jamais descartados. O profissional indígena que opta por atuar em sua comunidade deve ser capaz de discernir entre os conhecimentos adquiridos na universidade e os saberes tradicionais, valorizando ambos sem comprometer a integridade cultural de seu povo.

Extensão e interdisciplinaridade na UFT- Campus Miracema

O projeto de extensão, intitulado: **Povos indígenas: tempo e trabalho no Norte e Nordeste do Brasil,** contribuiu com a formação discente interdisciplinar contando com alunos da comunidade acadêmica dos cursos de: Psicologia, Educação Física, Pedagogia e o Mestrado em Serviço Social, do Campus de Miracema, o que fortalece o caráter interdisciplinar da ação do curso, a importância de integrar esses cursos, de fortalecer laços, ações e produções interdisciplinares, logo, os acadêmicos puderam conhecer a realidade dos povos indígenas no Norte e Nordeste do Brasil.

Como resultados técnicos- científicos da extensão, destacamos a produção de conhecimento, o incentivo a leituras, produção de artigos, e trabalho em congressos, bem como impacto social e a formação de estudantes sobre o tema importante quanto o tempo e trabalho para os povos indígenas do norte e nordeste do país para os alunos indígenas e não-indígenas.

A extensão contribuiu também com as discussões atuais sobre saúde indígena, direito da terra, saúde mental indígena, os alunos puderam conhecer diferentes realidades entre as regiões norte e nordeste e os estados do Piauí, Maranhão Pará, Amazonas e Tocantins, sobre a realidade de populações indígenas.

Discutimos a partir de autores como Quijano (2021), a importância de observarmos nossa implicação histórica com as comunidades indígenas do nosso país e da América Latina, o trabalho e a relação capital-trabalho, a geografia social do capitalismo e os impactos desses elementos nas comunidades indígenas.

Os alunos também puderam observar e analisar a realidade quanto à espiritualidade indígena, saúde, educação, trabalho, continuidade ou não da sua forma de comunicação em distintas aldeias dessas regiões, a questão do território, dos mitos, da cultura, da oralidade, do que é repassado de geração em geração, das permanências, continuidades, desafios e fragilidades, bem como potencialidades e novas perspectivas sobre as comunidades indígenas no país.

Sobre a educação da população indígena, foi muito relatado a partir da observação dos documentários que em algumas aldeias ainda permanece viva a tradição de não apenas ensinar a língua portuguesa, mas a língua local da-

quele povo habitante da aldeia, assim, não se perdendo a tradição e mantendo vivas as raízes e identidade.

Os alunos destacam o caráter inovador do projeto, sobre a ampliação do olhar acerca da realidade dos povos indígenas visto por documentários e pela participação de alguns dos produtores dos documentários, e com certeza, conseguiram pelos documentários e tiveram outra visão pelos olhos de quem produziu e teve outras experiências com populações indígenas em estados distintos do Brasil, e além disso os alunos destacaram a relevância das discussões após a exibição dos documentários em relação ao que foi exibido, mas também em saber como os alunos indígenas se sentiam contemplados e integrados na extensão com os demais alunos, como era a realidade deles em suas aldeias, e a discussão também se estendeu em alunos não indígenas que já conheciam aldeias relatar suas experiências e também a curiosidade em conhecer. Os acadêmicos relatam ainda a importância da extensão em suas produções de Trabalho de conclusão de curso, iniciação científica e até dissertações de mestrado.

O projeto foi caracterizado como extensão que aprofundou os conhecimentos acerca das populações indígenas de quatro estados brasileiros. A partir documentários produzidos por roteiristas/cineastas locais e alguns de amplo acesso no museu da pessoa.

Os documentários fizeram parte de uma pesquisa prévia sobre trabalho e história de populações indígenas no estados do Piauí, Maranhão, Amazonas e Tocantins, terá mediação/ participação de alguns dos produtores dos documentários, quando possível, o objetivo geral é discutir sobre o trabalho e a história das populações indígenas com seus desafios e potencialidades nos estados do Piauí, Maranhão, Amazonas e Tocantins, e o destaque para a inovação no Campus sobre a importância do projeto de se conhecer a partir da arte a possibilidade dos alunos terem acesso à história e o trabalho em comunidade indígenas em estados do norte e nordeste, Piauí, Maranhão, Amazonas, Tocantins, e conhecendo sobre essas realidades, pensar sua atuação nessas comunidades, em comunidades que se assemelham em trabalho, modos de vida, de conviver e habitar.

Pensando território, saúde mental e trabalho nessas vivências em comunidade. O Museu da Pessoa é um museu virtual e colaborativo de histórias de vida fundado em São Paulo, em 1991. Desde sua origem tem como objetivo registrar, preservar e transformar em informação histórias de vida de toda e qualquer pessoa da sociedade.

O projeto de extensão teve como justificativa a importância e o intuito de possibilitar com que os alunos e comunidade conheçam a história e o trabalho em comunidade indígenas em estados do norte e nordeste, Piauí, Maranhão, Amazonas, Tocantins, e conhecendo sobre essas realidades, pensar sua atuação nessas comunidades, em comunidades que se assemelham em trabalho, modos de vida, de conviver e habitar. Pensando território, saúde mental e trabalho nessas vivências em comunidade, foram exibidos documentários nas sextas-feiras do mês, após a exibição dos documentários foram discutidos temas pertinentes ao trabalho e à Psicologia, bem como ao fim do curso foram feitas produções publicadas em revistas, livros, apresentadas em congressos, etc., a partir do que foi discutido ao longo do curso.

CONCLUSÃO

A extensão proporcionou reflexões sobre a diversidade dos povos indígenas nas regiões mencionadas. Destacamos a importância de reconhecer identidade, territórios, especialmente na relação entre saúde e bem-estar coletivo.

Ainda há lacunas na efetivação de direitos. Salientamos o papel dos acadêmicos indígenas no Tocantins, pois representam ponte entre saberes tradicionais e científicos, promovendo equilíbrio entre tradição e ciência. Assim, valorizar esses conhecimentos é essencial para garantir políticas públicas indígenas.

Com base nos dados apresentados ao longo dos encontros, foi possível observar que a saúde indígena está intrinsecamente relacionada não apenas a fatores biológicos, mas também às dimensões socioculturais, territoriais e espirituais.

A relação dos povos indígenas com o território revela-se como um elemento central para a manutenção da saúde física e mental, evidenciando que o bem-estar está profundamente enraizado na conexão com a natureza e com os saberes ancestrais. Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental da ancestralidade, expressa no respeito e valorização dos mais velhos, detentores de conhecimentos tradicionais, como rezas e práticas de cura, que são transmitidos entre gerações.

Assim, ressalta-se a importância da dimensão espiritual da natureza, considerada pelos povos indígenas como uma fonte vital para a promoção da saúde. As plantas medicinais, utilizadas nas práticas terapêuticas tradicionais, e a presença dos espíritos da natureza, com os quais se estabelecem relações de cuidado e reciprocidade, compõem um sistema integral de saúde que transcende os paradigmas biomédicos convencionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, S. O que é trabalho. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 26. ed. p. 61–77, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

QUIJANO, A. Vivir adentro y en contra colonialidad y descolonialidad del poder. Lima: Universidad Ricardo Palma/Editorial Universitaria, 2021.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 19–45, 2011. DOI: 10.1590/S1981-77462011000400003.